ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

DIÁRIO
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 10 de março de 2011
Edição 1057 | Páginas: 10

Editado conforme Resolução Legislativa nº 041/08,
c/c Resolução Legislativa nº 002/10

Palácio Antônio Martins, n° 202, Centro | 6ª LEGISLATURA | 41º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

VAGO CONFORME ATO DA MESA Nº 001/2011
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
RESOLUÇÃO Nº 009/11

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalser Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos
Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde
Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jalser Renier- DEM
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural
Deputado Gabriel Picanço- PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho- PSL
Deputado Coronel Chagas- PRTB;
Deputado Soldado Sampaio- PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço- PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes
1º - Deputado Dhiego Coelho - PSL
2º - Deputada Aurelina Medeiros- PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputada Aurelina Medeiros- PSDB;
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalser Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço- PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado George Melo - PSDC
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

SUMÁRIO

Atas Plenário

Ata da 1984ª Sessão Ordinária na Íntegra 2

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Rua Coronel Pinto, esquina com a Av. Ville Roy, nº 524 - Centro
Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação Geral

VICTOR TAVARES PIRO
Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 1984 SESSÃO, EM 17DE FEVEREIRO.
41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
= ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia dezessete de fevereiro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a milésima noningentésima octogésima quarta Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **(Chico Guerra)** – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai)** - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **(Chico Guerra)** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**George Melo**) – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

-Ofício nº 002/2011. Bloco parlamentar/ALR/2011, de 15 de fevereiro de 2011, do Líder do Governo, Deputado. Joaquim Ruiz, **apresentando à Casa os Deputados** Marcelo Natanael **e** Jean Frank Padilha **como vice-líder e segundo vice-líder do Governo, respectivamente.**

-Indicação s/nº, de 15 de fevereiro de 2011, de autoria do Deputado Soldado Sampaio**, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima, que "sugere aos comandantes das corporações militares estaduais bem como os representantes de classes a constituírem uma comissão para analisarem o Projeto de Lei Complementar, elaborado pela Associação dos Policiais e Bombeiros do Estado de Roraima.".**

- Indicação s/nº, de 15 de fevereiro de 2011, de autoria, do Deputado Soldado Sampaio**, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima, que "sugere alterar as redações dos §§ 9º e 13, e revoga o § 11 do artigo 56 da Lei Complementar nº 052, de 28/12/2001.".**

-Indicação s/nº, datado de 15 de fevereiro de 2011, de autoria, do Deputado Francisco José Brito Bezerra, **ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima, na qual "solicita a elaboração de decreto alterando o art. 46 do RICMS/RR, definindo os produtos componentes da cesta básica roraimense e concedendo nas saídas internas dessas mercadorias a carga tributária de 7%.".**

- Indicação s/nº, de 15 de fevereiro de 2011, de autoria, do Deputado Remídio Monai Montessi**, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima, na qual "solicita a reforma da Escola Estadual Leopoldo Campelo e conclusão da Quadra Esportiva da Vila Jundiá no município de Rorainópolis.".**

-Indicação s/nº, de 15 de fevereiro de 2011, de autoria do Deputado Remídio Monai Montessi, **ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima, na qual "solicita a construção da vicinal Maruwi, saindo do Surumu, Comunidade do Perdiz, Comunidade do Maruwi, do Pato, até a RR 319 no município de Pacaraima.".**

- Indicação s/nº, de 15 de fevereiro de 2011, de autoria do Deputado Remídio Monai Montessi**, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima, na qual "solicita a construção de 8 (oito) pontes de madeira na vicinal Maruwi." Indicação s/nº, de 15 de fevereiro de 2011, de autoria do Deputado** Remídio Monai Montessi**, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima, na qual "solicita a recuperação da vicinal 01 na Vila Equador no município de Rorainópolis.".**

-RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO**: Mensagem Governamental nº 002, de 15 de fevereiro de 2011, do Governador** José de Anchieta Junior**, encaminha para deliberação desta Casa Projeto de Lei Ordinária, definindo critérios para a aplicação de recursos destinados a correção de solos agrícolas.**

-EXTERNOS**:**

-Ofício Circular nº 001/2011/GAB/PRESI/IPER, de 11 de janeiro de 2011, informa que o Instituto de Previdência do Estado de Roraima, já está utilizando 06 (seis) linhas de telefones móveis. La Corrupción en Colombia, de 25 de janeiro de 2011, subscrito pelo Sr. Carlos Mario Orozco J. **que denuncia irregularidades em contratos públicos.**

-Ofício nº 030/2011/GAB/PRESI/IPER, de 25 de janeiro de 2011, do Instituto de Previdência do Estado de Roraima, encaminha o "Relatório de Atividade Anual" do Presidente Gilberto Maciel dos Santos**, referente ao período compreendido entre 01/03 a 31/12/2010.**

-Ofício nº 067/2011, datado de 01 de fevereiro de 2011, da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, comunicando a posse do Dr. Rodolfo Pereira**, na titularidade da pasta, no dia 28/01/2011.**

-Ofício/DPG nº 038/2011, de 01 de fevereiro de 2011, da Defensoria Pública do Estado de Roraima, encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre a fixação do índice de revisão geral anual de 2011 do subsídio dos membros do órgão.

-Ofício/DPG nº 039/2011, de 01 de fevereiro de 2011, da Defensoria Pública do Estado de Roraima, encaminhando projeto de lei que dispõe sobre a fixação do índice de revisão

geral anual de 2011 da remuneração dos servidores do órgão.

-Ofício nº 016/2010/GD, datado de 03 de fevereiro, da UNALE, comunica que a partir do dia 07 de janeiro o Dep. Alencar da Silveira Junior assumiu a Presidência da UNALE, para a gestão 2010/2011.

-Comunicado nº AL143499/2010, de 08 de fevereiro de 2011, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos de convênio destinados à Secretaria de Estado da Educação, oriundos do Plano de Ações Articuladas – PAR.

-Comunicado nº AL143500/2010, de 08 de fevereiro de 2011, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Jesus de Nazaré, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL143501/2010, de 08 de fevereiro de 2011, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Casimiro de Abreu, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL143502/2010, de 08 de fevereiro de 2011, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Dalício Faria Filho, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL143503/2010, de 08 de fevereiro de 2011, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Francisco de Sousa Bríglia, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL143504/2010, de 08 de fevereiro de 2011, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Edsonina de Barros Villa, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL143505/2010, de 08 de fevereiro de 2011, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Nova Canaã, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL143506/2010, de 08 de fevereiro de 2011, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Waldemarina Normando Martins, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL143507/2010, de 08 de fevereiro de 2011, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Iracema Aguiar Pereira, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL143508/2010, de 09 de fevereiro de 2011, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Darcy Ribeiro, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL143509/2010, de 08 de fevereiro de 2011, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Francisco Cássio de Morais, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL143510/2010, de 08 de fevereiro de 2011, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Prof. Hildemar Pereira, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL143511/2010, de 08 de fevereiro de 2011, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Vovô Dandãe, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL143512/2010, de 08 de fevereiro de 2011, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Joselma Lima de Souza, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL143513/2010, de 08 de fevereiro de 2011, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Pequeno Polegar, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL143514/2010, de 08 de fevereiro de 2011, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Carmem Eugenia Macaggi, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL143515/2010, de 08 de fevereiro de 2011, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Municipal Giovanei, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL143516/2010, de 08 de fevereiro de 2011, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Maria Gertrudes, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL143517/2010, de 08 de fevereiro de 2011, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Luiz Canará, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL143518/2010, de 08 de fevereiro de 2011, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Professor Amazona de Oliveira Monteiro, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL143519/2010, de 08 de fevereiro de 2011, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Profª. Glemiria Gonzaga Andrade, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Ofício nº 042/11 – GP, de 09 de fevereiro de 2011, comunica a posse do Dep. Jardel Sebba na Presidência da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás e a composição da atual Mesa Diretora eleita para o Primeiro Biênio da 17ª Legislatura.

-Comunicado nº AL143520/2010, de 08 de fevereiro de 2011, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Delacir de Melo Lima, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Ofício nº 05/2011, do Dep. Paulo Cesar Quartiero, de 10 de fevereiro de 2011, justificando sua ausência na solenidade de Instalação da 6ª Legislatura desta Casa. OF/GAB/PRES Nº 024/2011, de 10 de fevereiro de 2011, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima, encaminha exemplar do Jornal Interno do INMETRO e Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade.

-Ofício Circ. nº 001/2011, do Dep. Mecias de Jesus – Presidente da Associação Parlamento Amazônico - ASPAM, de 14 de fevereiro de 2011, informando a composição da nova gestão do Parlamento Amazônico para biênio 2011/2012.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, ontem nós estávamos aparteando os colegas aqui da bancada, e a assessoria parlamentar pediu que fizéssemos o aparte do outro microfone. E, eu acho que seria interessante.

O Senhor Presidente **(Chico Guerra) –** Apartear o deputado de pé seria até uma forma de respeito com o Deputado que está na Tribuna. Não é obrigado, mas se os Senhores Deputados pudessem adotar essa prática seria bem-vinda.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** pede uma Questão de Ordem – Só para me referir ao Requerimento que trata da criação dos novos municípios. Gostaria que fosse incluída também a Vila do paredão no município de Alto Alegre.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** - Eu acato o Requerimento verbal de Vossa Excelência.

Com a palavra o Senhor Deputado **Brito Bezerra.**

O Senhor Deputado **Brito Bezerra –**Senhor Presidente, Senhores Deputados que compõem a Mesa, cumprimento todos os Deputados aqui presentes, senhoras e senhores. Estou fazendo o uso da palavra, hoje, para defender a indicação com amparo no artigo 202 do Regimento Interno deste Poder, apresento uma Indicação que está sendo encaminhada ao Governador do Estado, no qual requeiro a elaboração de um Decreto alterando o artigo 46 do Regimento do ICMS do Estado de Roraima, acrescentando nesse artigo alguns produtos para serem definidos como componentes da cesta básica roraimense, concedendo nas saídas internadas dessas mercadorias a desoneração do ICMS para 7%. A fundamentação para essa indicação, nobres Deputados, é que tanto a Constituição Federal quanto a Constituição do Estado dispõem que cabe à lei complementar regular a forma como esses benefícios fiscais serão concedidos no que se refere ao ICMS. Está aqui em minhas mãos a lei complementar, uma lei federal que autoriza os estados e o distrito federal a fazer convênios através do CONFAZ e operacionalizar a desoneração fiscal para 7% dos produtos que compõem a cesta básica. Portanto, essa lei federal existe, é a de nº 024/75 que "Dispõe que as isenções sobre o ICMS poderão ser concedidas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos estados e pelo distrito federal". Gostaria de ler na íntegra a 1ª cláusula do convênio: "Ficam os estados e o distrito federal a estabelecer carga tributária mínima de 7% do ICMS nas saídas internas das mercadorias que compõem a cesta básica". Portanto, estamos autorizados a desonerar os produtos que compõem a cesta básica para aqueles que tenham um poder aquisitivo menos tenham mais acesso aos alimentos básicos.

O órgão responsável pela celebração desse convênio é o CONFAZ – Conselho Fazendário que está presente em todos os estados e no distrito federal. Em decorrência desse convênio foi ratificado e incorporado na legislação de vários estados da nossa federação. O Rio de Janeiro em 2002 ratificou e incorporou na sua legislação a desoneração do ICMS, e, hoje, os produtos da cesta básica naquele Estado são tributados em 7%. Os estados de São Paulo em 2005, Rio Grande do Sul em 1999, Paraná em 2001, o Acre em 2201, todos expediram esse Decreto definindo os componentes de suas cestas básicas e reduzindo as alíquotas do ICMS de suas mercadorias para 7%. Com isso, reduziram o alto custo desses produtos para a população.

O nosso Estado sequer possui uma definição de quais produtos compõem a cesta básica. E, na minha indicação estamos protocolando, em anexo, uma sugestão de trinta itens que passarão a compor a cesta básica, se for de vontade do Governo do estado e desta Casa, que o nosso povo tenha acesso a esses produtos. São alimentos, produtos de higiene pessoal e higiene doméstica. Gostaria, Senhor Presidente, de ler os componentes que passarão, após a aprovação desse decreto, compor a cesta básica do nosso estado: arroz, feijão, bolacha água e sal, café moído ou torrado, açúcar, farinha e fécula de mandioca, farinha e amido de milho, macarrão tipo espaguete, leite em pó integral, sal de cozinha, margarina vegetal, óleo comestível de soja, frutas regionais, hortaliças em estado natural, milho, fubá de milho, ovos, peixe de água doce, frango em estado natural ou resfriado, gado bovino, bubalino, suíno, caprino e produtos comestíveis, resultando de sua matança em estado natural, resfriado ou congelado, pão de fabricação interna até duzentas gramas, iogurtes, sucos naturais ou industrializados e achocolatados. Material de limpeza doméstica: sabão em barra e sabão em pó. Material de higiene pessoal: creme dental, papel higiênico, fraldas descartável.

Gostaria, Senhores Deputados, de frisar que não temos como garantir os direitos fundamentais do cidadão como a saúde, educação e segurança se primeiro não garantirmos os direitos sociais e a alimentação está incorporada a isso. Sem o direito à alimentação, jamais conseguiremos ter o nosso organismo suprido para estudar e para os afazeres do dia-a-dia e para qualquer outra atividade do ser humano. O alimento é o primeiro passo que temos que dar para que possamos, a partir daí, desenvolvermos os afazeres do dia-a-dia.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela –** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a Assembleia Legislativa, como representatividade da nossa sociedade forma um verdadeiro mosaico, onde temos empresários como Vossa Excelência, funcionários públicos, profissionais liberais. Nós temos a representatividade do conjunto da sociedade e Vossa Excelência eu posso dizer que está estreando em nosso parlamento com o pé direito, trazendo a esta Casa um debate de fundamental, de vital importância para o povo de Roraima. Muitas pessoas questionam, mas o estado não pode renunciar receita, mas o estado brasileiro de um modo em geral é sempre muito eficiente e está sempre muito preparado para meter a mão no bolso do contribuinte. É sempre mais imposto, e a sociedade como um todo não agüenta mais pagar uma carga tributária tão alta. Senhor Presidente, ano passo o Estado de Roraima arrecadou mais de quatrocentos milhões de ICMS. Se eu disse isso para a minha vovozinha, com certeza, ela me diria: meu filho está tirando leite de pedra. Mas, eu digo, Deputado **Brito,** estão tirando alimento da boca das nossas crianças, dos nossos idosos. Nós temos para uma economia tão incipiente uma arrecadação de ICMS relativamente alta. Só para ilustrar, a folha de pagamento total do estado beira os cinquenta milhões de reais, e só o ICMS arrecadado está bancando essa folha de pagamento. E eu pergunto para cada um dos Senhores: para onde foram, por exemplo, os cento e treze milhões de reais que o estado recebeu de FPE no mês de dezembro? Portanto, a indicação de Vossa Excelência deve ser do parlamento, porque é benéfica à sociedade, significa, se reduzirmos determinadas alíquotas de 17% para 7% ou de 12% para 7% , o nosso povo vai poder comprar mais porque a carga tributária será menor, e então terá mais alimentos na mesa de sua família. Como eu disse ontem, a primeira conquista do ser humano em qualquer época de sua vida e em qualquer parte do planeta é o alimento. Não sou eu quem diz, mas sim os antropólogos que estudam o comportamento do homem ao longo de sua existência. Portanto, trago aqui o meu reconhecimento a esse valoroso projeto e desse substancioso trabalho que a sua equipe fez para que de forma detalhada apresentasse aqui. E ratifico mais, não adianta alguém dizer que isso necessita de aprovação do CONFAZ, porque ele já aprovou isso em 1994. E, aí Vossa Excelência já citou alguns estados que já praticam essa alíquota de 7%. Cito também o Maranhão, o Acre que são estados pobres. E, não adianta dizer que não podemos renunciar receita, desde que seja a favor do povo, é justo que se faça. Muito obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo –** Deputado **Brito,** estava acompanhando atentamente a sua discussão, como também a colocação do Deputado **Flamarion Portela,** vieram à memória algumas coisas do passado, quando conversava muito com o Doutor **Getúlio Cruz,** que era Diretor do Jornal. Naquela época ele dizia que a Prefeitura tinha muito dinheiro, a **Teresa** jogava dinheiro pelo ladrão. Hoje, o Doutor **Getúlio,** enquanto Secretário Municipal subiu a taxa de lixo em quase 600% . Como Vossa Excelência colocou, na verdade, é tudo que for alimentação. Eu acho que o nosso Estado é o mais pobre da federação, discordando um pouco do Deputado **Flamarion** quando fala nesse montante de cento e pouco milhões, parece que é uma fábula de dinheiro, mas isso para o nosso Estado é muito pouco. O Nosso Estado é o que menos arrecada no Brasil. Então, é preciso sairmos do discurso para prática, sentar e discutir isso com serenidade, porque não podemos espremer um Estado como o nosso. Temos que ter responsabilidade fiscal. E, eu digo isso porque é muito difícil falar em abrir mão de receita ainda mais no Estado mais pobre da federação. Agora, eu quero parabenizar o seu Projeto, mas sugiro um re-estudo para que a gente diminua esses itens e possa levar uma proposta enxuta. Eu quero lhe parabenizar, pois está fazendo um belíssimo trabalho para oportunizar a nossa população ter alimentos mais baratos.

A parte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio –** Em primeiro lugar, eu queria parabenizá-lo pela indicação. É um pouco frustrante a gente que começa nesta Casa e identificarmos que o Parlamento pode fazer muito pouco. Em primeiro lugar nós não podemos legislar sobre matéria tributária que deveria vir do Executivo. Mas, nos resta fazer essa indicação, sem dúvida nenhuma, é louvável o projeto de Vossa Excelência, e creio que terá um amplo apoio desta casa em virtude do seu alcance social. E, esperamos que o Governo tenha sensibilidade de levar essa questão em frente. Mas não percebemos essa sensibilidade por parte do Governo.

O Deputado **Flamarion** falou ontem, ao ocupar a Tribuna, sobre o pagamento do vale-alimentação, do pró-custeio, demonstrando que o Governo não planejou isso, não recadastrou as pessoas que recebiam esses benefícios, demonstrando que não tem sensibilidade com as questões sociais. Além do mais, Deputado, o restaurante popular está fechado há mais de dois meses. Mas, vamos colocar a sociedade aqui dentro, as associações de moradores, vamos fazer o nosso papel que são as indicações necessárias para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, ainda mais quando se trata de um Projeto dessa magnitude com um alcance social.

Só discordando um pouco do discurso do Deputado **George Melo,** que foi Vereador até recentemente, e sabe que o FPM da Prefeitura, na época em que a **Teresa Jucá** era Prefeita, e ainda um período com o **Iradilson,** era de 5.4% do bolo do FPM das Capitais. Há dois anos isso caiu para 2.5, seria como se você recebesse um salário de mil reais passasse a receber quinhentos reais.

Isso para gerenciar 70% da população que mora em Boa Vista, daí não se pode dizer que se joga dinheiro pelo ladrão como se jogava naquela época. Hoje, é impossível sequer a Prefeitura cumprir as obrigações básicas. Por isso o sofrimento dos funcionários da Prefeitura e dos munícipes. Apesar de ter ações ajuizadas, e estarmos brigando com o Tribunal de Contas da União, com o IBGE, enfim, com os órgãos que teriam a possibilidade de alterar isso, mas temos confiança que essa situação seja superada e voltarmos a ter uma situação mais eficiente. Encontram-se nessa situação não só a Prefeitura de Boa Vista, mas todos os Municípios deste Estado, e um outro tanto dos restos do Brasil, estão sofrendo com a queda do FPM. Isso não é culpa do Prefeito **Iradilson,** nem do Secretário **Getúlio Cruz.** Muito obrigado!

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Mecias de Jesus** - Quero parabenizar Vossa Excelência pelo debate, traz um tema importante para o Estado de Roraima, principalmente, para os menos favorecidos, hoje o desemprego é muito grande, inclusive tem alguns lugares onde não se pode sorrir, se sorrir no outro dia é demitido. O Governo resolveu estabelecer um big brother em todas as instituições de Governo. Mas as pessoas precisam sorrir também com esse tipo de Projeto de Indicação de Vossa Excelência. A Nossa cesta básica é a mais cara do Brasil, e o que Vossa Excelência está propondo, não é que o Governo dispense dinheiro, é que diminua o preço da cesta básica para que as pessoas possam comprar e colocar o alimento na mesa. Não está em discussão quem é contra o Governo, eu gostaria de conclamar os colegas que esqueçam em alguns momentos o que é ser

Governo e ser oposição, e pense no povo, e Vossa Excelência está pensando no povo, trazendo um Projeto de grande importância. Tenho certeza absoluta que com um pouco de juízo o Governador vai colocar a equipe econômica dele para atender ao preito que Vossa Excelência coloca neste momento, Vossa Excelência não está impondo, não está instigando, Vossa Excelência está indicando ao Governador a necessidade de baixar a cesta básica para colocar mais alimento nas mesas das pessoas que estão desempregadas. Vossa Excelência traz uma grande indicação, tem o nosso apoio e com certeza absoluta terá o apoio desta Casa, porque tem o apoio do povo do Estado de Roraima. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Antônio Brito** continua. – Obrigado, Deputado **Mecias de Jesus**.

Deputado **Flamarion** gostaria de frisar que alimentação tem uma ligação direta com princípios da dignidade da pessoa humana. Você não tem dignidade, se não tiver alimento. Essa é um das razões que eu me debrucei junto com a minha equipe neste projeto para apresentar nesta casa. Deputado G**eorge Melo**, quero dizer a Vossa Excelência que a renúncia de receita é ínfima, todos os outros Estados, São Paulo, Maranhão, Acre, Rio de Janeiro fizeram um estudo, e o impacto foi tão pequeno que o Governo desse Estado sequer divulgou. O nosso projeto é para atender aqueles que mais necessitam, àqueles que não têm acesso ao mínimo existencial. Gostaria que Vossa Excelência visse a matéria, o preço da cesta básica sobe em janeiro em 14 capitais, inclusive na nossa. A nossa cesta básica sobe, o salário não sobe e as pessoas hoje passam necessidade.

Quero dizer a Vossa Excelência que a maior carga tributária do mundo está hoje no Brasil, em especial, aqui no Estado de Roraima, somos tributários de maneira abusiva. Uma da maneira de corrigirmos isso é desonerar a cesta básica. Não estou aqui pedindo a desoneração de produtos supérfluos ou luxuosos, mas a desoneração de produtos da cesta básica para atender, sobretudo aqueles que estão desempregados. Vossa Excelência é Deputado, foi Vereador sabe que as maiores demandas hoje em nossos gabinetes são por emprego. As pessoas não têm emprego, as pessoas estão passando necessidades, o mínimo que esta Casa pode fazer, que o Governo do Estado pode fazer, é desonerar a cesta básica para que as pessoas tenham o mínimo do básico para substituir.

Quero aqui contar com o apoio de todos os Senhores Deputados, Senhor Presidente, Deputado **Chico Guerra**, quero apelar para suas sensibilidades, sou filho da terra, da roça, da pobreza, sei o que é necessário, eu sei o que é não ter com o que se alimentar, por isso me debrucei em cima disso, é o mínimo que eu posso fazer para atender aqueles pessoas, quando eu fui de casa em casa e vi a panela sem um grão, sem ter como se alimentar.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, amigos Deputados, servidores desta casa, quero me pronunciar, Senhor Presidente, fazer um pedido em relação a este projeto, que essa indicação se torne uma obra desta Casa. É pensando naqueles que, como muitos de nós, viemos de família pobre, e os nossos pais sentiram dificuldades para nos criar. Há muita gente não a, Roraima está comprando farinha de São Gabriel da Cachoeira e Santarém do Pará que é um dos produtos mais comum na mesa da pessoa menos favorecida. Então, quero dar parabéns ao Senhor Deputado, pois acho que o Senhor está no caminho certo, vamos pedir ao nosso Governo que se sensibilize e peça à sua equipe econômica fazer um estudo, análise, para que nós tenhamos êxito nessa indicação que vai favorecer muitos que vieram para Roraima para adotar este Estado como sua terra mãe, sua terra natal, como nós viemos. Quero fazer um pedido ao nosso Presidente que ele tome isso para si e leve ao Governador e que ele dê uma especial atenção para que isso aconteça. Era isso que eu queria acrescentar, e muito obrigado.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Ângela Ágda Portella** – Eu gostaria de dizer que o Senhor tem o meu respeito incondicional ao seu projeto, como mãe e tendo a oportunidade de visitar muitas famílias neste Estado, sei da imensa necessidade da aprovação desse projeto da sua indicação. Obrigada.

O Senhor Deputado **Antonio Brito** continua. – Obrigado, Deputado. Gostaria de frisar aos meus nobres colegas Deputados que esse projeto vindo para esta Casa, e aprovado, eu vou a cada empresa que compõe a mídia deste Estado para divulgar os nomes das pessoas, dos Deputados que ajudaram, e eu tenho certeza que todos aqui irão aprovar esse projeto. Esse projeto vem atender todos os roraimenses e em especial, os que mais necessitam. Que todos fiquem com Deus e possamos juntos trabalhar em prol do nosso povo. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Antes de passar a palavra ao Deputado **Erci de Morais**, gostaria de dizer ao nobre Deputado **Brito** que este Deputado e a Mesa Diretora apóia integralmente sua idéia e a sua indicação.

O Senhor Deputado **Erci de Morais** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, funcionários da Casa, minha assistência amiga que nos prestigia nesta manhã. Quero começar, me congratulando e dando as boas-vindas aos novos integrantes do nosso Parlamento que representa uma renova de 50%. Isto é salutar, e não vou nominar, até por exigüidade do tempo, ao perfilhar as qualidades de cada um, mas podemos constatar nitidamente que se vê a renovação no sentido mais amplo do termo, tanto com homens públicos e experiente que vêem trazer sua contribuição a este Parlamento, como uma platéia de jovens ansiosos de ingressar na vida pública e mostrarem o seu talento e seu valor. Portanto, quero estender as boas vindas a todos, desejar sucesso também aos colegas que continuam para que possamos nesta legislatura primar por uma ação parlamentar que contribua efetivamente para que esse Parlamento se afirme cada vez mais como príncipe dos Poderes. Precisamos sair de numa posição de certa forma incômoda em que o nosso Parlamento muitas vezes fica mergulhado diante da polarização do Executivo, com Judiciário, mormente nesta questão que nos quer conduzir, às vezes, a uma judicialização do processo eleitoral.

É lamentável, verificarmos que quando se termina o segundo turno um lado já continua mobilizado e diz alto e bom som, teremos o terceiro turno. Se isso fosse na verdade uma manifestação de confiança inequívoca na justiça**,** até que se poderia aceitar, mas todos nós sabemos e tomos os intelectos para discernir e nada mais é do que uma maneira de manter a população mobilizada para reverter o resultado emanado das urnas. E essa situação, meus amigos, não é nova. Nos seus 20, 22 anos o nosso Estado está vivendo metade deles com esse processo de instabilidade política. Desde antes de 2002, essa situação começou a se materializar, e o que nós vemos é o personalismo dos políticos e a ausência quase absoluta da força e do poder dos partidos políticos, representando a sociedade. Isso está ocorrendo no plano nacional e se reflete aqui no nosso ainda jovem Estado de Roraima que tenta buscar uma saída para resolver seus próprios problemas, e não consegue, fica preso nessa questão e que traz sim instabilidade. Só quem perde com isso é a população deste Estado, com a quantidade de processo nessa magnitude.

Por isso me alegrou, ontem, ao ver no primeiro dia efetivo de trabalho nesta Casa propostas alvissareiras e interessantes como a do Deputado **Brito,** levantada pelo Deputado **Gabriel** a questão do setor produtivo, e a Comissão composta por Deputado **Remídio** e outros companheiros, da qual eu também faço parte, como municipalista convicto, da redivisão territorial como forma de ocupação do nosso espaço territorial e maneira de levar o pouco que temos para distribuir, até os mais longínquos rincões do nosso Estado.

Mas eu queria dizer e me valer de um exemplo de um Ministro todo poderoso na época da recessão do regime militar. Apesar de ser um democrata, tenho que reconhecer que esse cidadão foi um grande Ministro, **Delfim Neto.** Segundo ele, dizia que não adiantava a brigar pela repartição do bolo, sem que esse bolo crescesse, isso vale para nós aqui em Roraima. Não adiante ficarmos engalfinhados no debate entrando apenas na distribuição do bolo da arrecadação de Roraima, porque a fatia vai ficar cada vez mais fina, até não ter o que dividir. Se nós não pensarmos antes de contribuirmos para criamos as condições para que este Estado, fiel à sua vocação, que é sem dúvida o agro negócio, consiga avançar, reduzir e sair dessa situação de estar constantemente de pires na mão junto ao Governo Federal para viver do FPE e das emendas parlamentares, que no nosso caso representa 80% da arrecadação somente o FPE sem contar o peso das emendas parlamentares. Desse jeito não vamos a lugar nenhum. Então, nós precisamos buscar o mínimo de entendimento entre situação e oposição. Aí eu concordo com os outros Deputados que aqui se manifestaram que nós deveríamos colocar os problemas do nosso Estado acima de blocos, acima de situação e de oposição e até acima dos nossos interesses enquanto representantes de segmentos da sociedade e da própria sociedade como um todo.

Queria, Senhor Presidente, tocar de leve já que o tempo é exíguo, não conseguiria. Hoje, quando me referi inicialmente à situação de uma dicotomia que vivemos hoje no plano federal e estadual. Por omissão do nosso Congresso Federal com relação à reforma política, nós chegamos a uma situação tal que acabou atingindo os próprios responsáveis pela omissão. Logo após a eleição, a Folha de São Paulo publicou uma pesquisa onde mostra que os três maiores partidos do Brasil, PT, PMDB e PSDB deixaram de eleger 62 Deputados Federais,

ou seja, acrescer as suas respectivas bancadas por terem que participar de coligações com outros partidos. Só aí que eles começaram os grandes partidos que comandam o espetáculo do Congresso e se darem conta que estavam começando a ser vítimas da própria armadilha. Chegamos a uma situação em que muitos casos que na legislação eleitoral e até em outros processos está legislando o Poder Judiciário, a gente assiste meio estarrecido o que ontem dizia a justiça, de que quem deveria substituir um Deputado que se licenciasse, fosse cassado ou falecesse, é o suplente da coligação. Agora, o Supremo teve 4 decisões consecutivas falando que o suplente não é mais da coligação do próprio partido. Entendo o lado da justiça, querendo valorizar os partidos políticos, mas estamos esquecendo que os partidos não estão fazendo nada para se valorizarem, se nós trouxermos a situação para o nosso Estado de Roraima, nós vamos ver uma coisa que talvez muitos dos Senhores não se ativeram. Nesta última eleição nós não tivemos votos partidários que definissem alguma coisa, nós tivemos votos pessoais, do cidadão que disputava, prova é que o partido dominante por ser o da situação elegeu o Governador, mas não elegeu Senador, apenas um Deputado Federal do seu partido do PSDB, e 2 Deputados Estaduais. Se nós tomarmos outro partido, o PT elegeu uma Senadora, mas nenhum Deputado Federal, e sequer um Deputado Estadual, mostrando que a convergência de voto foi para a pessoa, para a liderança que postulava aqui.

Aparte concedido ao Deputado **Ionilson Sampaio**- Em primeiro lugar, eu quero chamar atenção para a importância do assunto que Vossa Excelência traz a esta Casa. Às vezes, não costumamos debater as questões de nível nacional, até porque achamos que não nos cabe, porque não podemos legislar sobre elas, mas elas também nos dizem respeito, nós fazemos parte do sistema político e somos políticos. Então, temos que estar debatendo essas questões. Vossa Excelência acabou de citar que o Tribunal dá um entendimento de que o suplente tem que ser do partido, e a legislação a que hoje nós estamos submetidos é que vale o suplente das coligações. Olhem, o problema que se cria, quando o Supremo sequer se entende com o Tribunal Superior Eleitoral, quem é diplomado após as eleições? O candidato que se elegeu e o suplente da coligação, então o suplente do partido ele não tem o diploma de suplente para assumir, e a legislação diz que só pode assumir o mandato se tiver sido diplomando, ou se for suplente e tiver recebido o diploma de suplente. Aí o Supremo toma uma decisão dessas, não se entende com o TSE, e fica a confusão política instalada, sem dúvida alguma, por essas questões e outras mais graves ainda é que se necessita fazer uma reforma política neste País, não dá mais para perdurar o atual sistema que estamos vivendo, a confusão está instalada.

Eu soube que, ontem, a Assembleia de Pernambuco deu posse para três suplentes de partido, porque o Governador **Eduardo Campos** convidou três Deputados Estaduais eleitos para serem Secretários. Os suplentes se habilitaram para tomar posse enquanto o Presidente da Assembleia deu posse ao suplente do partido que sequer tinha sido diplomado como suplente. Então, está a maior confusão do mundo porque ninguém se entende. Agora, nós do legislativo é que estamos pecando, nossos representantes na Câmara Federal e Senado já deveriam ter resolvido essa questão, ter feito uma legislação clara, mas não fazem, por isso que o TSE e STF ficam legislando e acabam causando essa confusão toda. Então, a gente fica sem saber a quem recorrer quem tem direito e quem não tem. Vossa Excelência está de parabéns e nós precisamos cobrar dos nossos representantes em Brasília que se debrucem sobre a reforma política. A própria Presidente **Dilma** disse que é uma das prioridades desse Governo. A gente espera que ela saia, pelo menos uma coisa mais concreta, bem fundamentada, para que se gente saiba a que legislação a gente deve.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** continua – Se atentarmos ao painel veremos quão isso refletiu no nosso Estado. Os partidos grandes observem, quantos representantes elegeram nesta Casa? Se eu não me engano tem 16, 17 partidos que elegeram Deputados aqui. É uma pluralidade sem fim que dificulta a ação política mais eficaz. Diria mais, as coligações representam uma distorção da vontade do próprio eleitor, desses 16 ou 17 partidos nós vamos verificar que nada menos do que sete partidos elegeram Deputados mais que a votação do partido não atingiu o coeficiente eleitoral. Eu estou dizendo isso para evidenciar a pouca importância que é dada ao papel e ao poder do partido político no processo eleitoral. Os partidos passaram a ser meras siglas sujeitas ao designo de quem os dirige para atingir um determinado fim, que não é um fim precípuo de eleger uma representação propriamente dita. Isso é profundamente lamentável e contribui de certa forma para essa colcha de retalho que vivemos e essa instabilidade política. Nós não temos partidos fortes atuando no nosso Estado que ajam como tal. Eu daria um outro exemplo de partido tido como grande no Brasil é o PMDB. Aqui no Estado, o PMDB elegeu um Senador, dois Deputados Federais, mas elegeu um único Deputado Estadual. Observem o que prevaleceu foi à votação nas pessoas, no candidato, sem nenhuma vinculação com o partido político. Por isso eu gostaria de deixar um apelo a todos os Deputados indistintamente, independente de quem seja contra ou a favor do Governo, mas que seja um Parlamentar comprometido. Mas todos, eu sei que são comprometidos com a base e com a sociedade que os elegeu para que façamos couro onde puder nos fazer representar. Agora mesmo terá um evento em Brasília envolvendo discussão parlamentar promovido pela UNALE, uma grande chance que teremos de fazer ouvir a nossa voz, estimulando agora que parece que há uma disposição generalizada do Presidente da Câmara, do próprio Presidente do Senado, do Ex-presidente **Lula** que disse que se comprometeria em fazer a reforma política, e da Presidente **Dilma.** Que saia daí alguma coisa que venha contribuir para aperfeiçoar o nosso processo político. Eram essas as considerações que gostaria de deixar nesta manhã, mais uma vez faço votos que tenhamos durante esses quatro anos discussões de alto nível que nos permitam contribuir para que o nosso Estado consiga superar os seus problemas e possa realmente dar um passo à frente rumo ao desenvolvimento para que possamos ter um bolo que permita dividir com aqueles que merecem, enfim seja exercida a verdadeira justiça social. Quero dizer ao Deputado **Brito** que concordo em gênero, número e grau com a sua proposição, apenas ressalvo que dentro do jargão parlamentar o projeto dele deve ter a característica de uma indicação porque senão vai ficar no meio do caminho. Todos sabem que já temos apresentado projetos importantes, mas estamos cerceados de legislar em projetos que impliquem em renúncias de despesas ou despesas propriamente dita o que nos traz uma série de limitações. Portanto, é uma idéia valiosa que deve ser trabalhada de forma que o próprio Executivo veja com sensibilidade e bons olhos para que ela entre em vigor e venha em favor do nosso povo.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores da platéia, membros da imprensa. É com imensa satisfação que venho à Tribuna apresentar os anseios e expectativas e reivindicações da sociedade roraimense. Através do meu mandato, o meu papel é representar os interesses mais concretos e amplos do povo trabalhador de Roraima que é constituído por servidores públicos, civis, militares, autônomos, pequenos empresários, aposentados e estudantes. Desta forma não poderia deixar de agradecer neste meu primeiro discurso em primeiro lugar a Deus que me possibilitou a missão de nos próximos quatro anos trabalhar na defesa da coletividade da sociedade roraimense. Da mesma forma agradeço a minha família e cada eleitor que confiou o voto na pessoa do **Soldado Sampaio,** cuja história de vida sempre esteve inserida na luta e na defesa dos interesses dos trabalhadores, de um modo em geral, os quais terei a honra de representar nesta instância de Poder, o qual deve estar a serviço da defesa dos interesses e direitos de cada cidadão roraimense. Reafirmo neste momento os compromissos feito ao longo da campanha eleitoral, no sentido de ajudar a construir um Estado mais justo e igualitário em que todos os cidadãos individuais e coletivos devam ser respeitados nos seus direitos. E que cada Poder constituído neste Estado cumpra e faça cumprir a legislação vigente. Por isso aproveito a oportunidade para pautar a minha fala em relação ao assunto, que desde a última sexta feira tem sido pauta nos noticiários, no meio político, nas conversas entre amigos e entre todos que fazem parte da sociedade roraimense, em relação à decisão tomada pelo Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral ao julgar processos que culminaram com a cassação de três políticos eleitos no pleito passado. Independente do mérito das ações julgadas faz-se necessário julgar a postura do egrégio na pessoa do desembargador **Ricardo Oliveira,** que até anteontem exerceu o cargo de Presidente daquele Tribunal. Tribunal este que tem orientado suas ações no tocante a procurar dar celeridade às inúmeras ações que ali tramitam numa tentativa de concluir as questões relativas às eleições de 2010, como uma forma de responder as expectativas de todos que aqui moram e ao mesmo tempo garantir o cumprimento da legislação do referido pleito. Ainda falamos sobre a postura do TER na coordenação do processo eleitoral e no julgamento das ações em andamento. Tenham certeza que a Desembargadora **Tânia Vasconcelos,** a primeira mulher a assumir a Presidência daquela Instituição, irá dar a mesma dinâmica que até então aquela Instituição vem adotando. Fico feliz em ver que a cada dia as mulheres estão ocupando os espaços estratégicos, importantes, não apenas na sociedade local, mas em toda sociedade brasileira,

deixando de ser figurante nessa estrutura social machista, se tornando protagonista de um novo modelo social em que homens e mulheres convivam de maneira harmoniosa.

Entretanto, Senhor Presidente, demais Deputados, não poderia deixar de lamentar em ver a situação do Estado de Roraima, que escolhi para morar e criar meus filhos, mais uma vez exposto negativamente para o restante do Brasil, em função de cassação de políticos eleitos na suspeita de compra de voto e utilização da máquina pública para o mesmo fim. Desde, o um processo eleitoral de 2010, tínhamos passado uma imagem para o Brasil que o Estado de Roraima e o voto soberano democrático do povo não tem nenhum valor, por parte de alguns políticos, o que prevalece, determina as eleições em Roraima é o abuso do poder econômico e político. Alguns setores da política local precisam entender que Roraima não é um Estado sem lei, que as regras estabelecidas devem ser compridas por todos, indistintamente, e aqueles que assim não fizerem estarão passava as comissões, independente que exista cargo no legislativo e executivo, precisamos entender que justiça eleitoral e os meios de comunicação e sociedade organizada estão fazendo o seu papel, cabe à classe política fazer o mesmo cumprindo o que manda a lei, contribuindo assim para que o processo eleitoral seja justo e a vontade soberana do povo seja respeitada, e que o abuso do poder econômico político não se sobreponha. Como se não bastasse a sociedade roraimense com a falta de emprego, aumento da violência num total desrespeito por parte do executivo estadual e servidores públicos, na saúde, educação, sem trazer à baila a aflição da classe empresarial para sobreviver pela alta carga tributaria, temos ainda que conviver com a situação desconfortante que temos com o Governador cassado, governando com uma decisão provisória, gerando a incerteza e indefinição comprometendo ainda mais o desenvolvimento econômico no nosso Estado. Por isso, caros colegas, senhores aqui presentes, é mais do que justo a pressão que alguns setores da sociedade e imprensa local fazem com relação a essa situação para que seja resolvida quanto antes. Não há como suportar esta instabilidade. Ontem, tive uma conversa com o Secretário do Governo que manifestou a preocupação de "N" empresários que querem investir no plantio de soja, agricultura, no ramo empresarial, na área do calcário, já estão deixando de fazer por não saber quem será o próximo governador daqui a 60, 90 dias. Afinal, com mais de 30 ações tramitando na justiça eleitoral, as quais supostamente acusam o chefe do executivo do poder pelo abuso econômico no uso da máquina pública para ganhar as eleições. A situação é triste para nosso Estado, mas solicito e peço que a justiça eleitoral dê celeridade a esses processos, que defina de uma vez por todas para que possamos tanto nesta Casa como no executivo estadual fazer um trabalho realmente voltado para nosso povo que está carente de saúde, educação, segurança, colono que está à mercê de socorro. Estive, recentemente, no interior do Estado, onde constatei a aflição do colono, diante da falta de incentivo, apoio, sem falar nas famílias carentes do nosso Estado que imploram o pagamento, quanto antes, do vale-alimentação, que se tem transformado em política do Estado, e não política de governo que paga de acordo com seus interesses e pleito em vigor. É nesse sentido que o **Soldado Sampaio,** eleito com apoio de servidores públicos, policiais, bombeiros, guarda municipais e demais trabalhadores, pescadores; Deputado **Sampaio** pertence a um partido histórico PCDB, partido mais antigo do Brasil, tem a honra de estar nesta Tribuna e se colocar à disposição de toda classe trabalhadora, toda entidade representativa de classe para discutir francamente as questões do nosso Estado o qual precisa urgentes providências. Obrigado pela oportunidade.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Observei bem os pronunciamentos dos Deputados **Erci e Sampaio,** realmente esta questão da instabilidade política do nosso Estado, causada pela judicialização do processo eleitoral, deixa todos apreensivos, mas felizmente, aqueles que se sentem prejudicados têm que recorrer a justiça, não há outro caminho. A justiça eleitoral, graças a Deus, me parece que está dando celeridade a esses julgamentos, já julgou alguns processos, não só em relação ao chefe do poder executivo, mas também em relação a outras pessoas que disputaram o mandato para Deputados Estadual e Federal. Enfim, a justiça tem cumprido o seu papel e nós temos que confiar nela. Agora o que não se pode admitir que a eleição acabou e o que ganhou, ganhou, não é assim; até porque o que ocorreu nas eleições passadas foi a institucionalização da compra de votos. Isso não é segredo para ninguém, foi abuso da máquina pública, abuso do poder econômico político. Então, resta a quem se sentiu prejudicado buscar o caminho da justiça até para reparar esses abusos, porque não há outro caminho. Conclui-se pelo julgamento feito em nível de Roraima pelo nosso TER, podermos confiar que justiça realmente vai cumprir com seu papel e aqueles que porventura achem que têm recorrer, recorram.

Os jornais de hoje trouxeram a respeito da determinação do Governo do Estado para que a polícia civil investigasse a compra de medicamentos e materiais hospitalares na Secretaria de Saúde com possíveis indícios de irregularidades. Enfim, no ano passado e ano retrasado, nós já denunciávamos esta questão, e diziam que era discurso vazio da oposição, que era oposição querendo criar problema com a Secretaria de Saúde, nós denunciamos o caso da HOSPIFAR. Quem não lembra da dispensa de licitação onde a Secretaria do Estado de Saúde ia comprar 16 milhões de reais de medicamento de uma empresa, inclusive, estava com problemas de documentação e a secretaria de saúde ia comprar, e não comprou porque esta Casa denunciou? Fomos para Tribuna, fomos para o Ministério Público Estadual e Federal determinou que parte do dinheiro era do SUS, a Secretaria do Estado suspendeu essa compra, foi feito outro processo licitatório e outra empresa ganhou com seis milhões a menos do valor dessa compra. O Estado, naquele episódio, economizou seis milhões de reais. No ano passado, quando o Deputado **Laia** aqui estava, serviu inclusive de chacota, foi até desrespeitado por parte de alguns Deputados da base do Governo quando denunciou que estavam jogados materiais hospitalares de medicamentos no lixão deste Estado. Enfim, essas denúncias, feitas na Assembleia Legislativa precisam ser investigadas não só pela policia, Assembleia Legislativa deveria estar junto com a própria polícia participando com esse processo de investigação. Sugiro a Vossa Excelência que possa indicar dois Deputados da Comissão de Saúde para acompanhar, porque uma das principais funções nossas, é exatamente fiscalizar a aplicação do dinheiro público, sugiro que indique dois Deputados desta Casa, um da oposição e um da base do Governo, se for o caso, para que acompanhe essas investigações, e assim possamos ter informações para ver se não são negadas, na época da doutora **Eugenia**, Secretária de Saúde, houve inclusive sumiço de processos que foi dito pelo próprio representante do Ministério Público, e até hoje não se sabe se esse processo apareceu. Enfim, o governo do Estado está tomando uma decisão tardia daquilo que deveria ter feito no ano passado. Mas, enfim, está se apurando, menos mal. Mas, Assembleia Legislativa tem que estar acompanhado para dar uma resposta à sociedade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Erci** de **Moraes** – Deputado **Ionilson,** gostaria de informar a Vossa Excelência que, no meu pronunciamento, não critiquei o fato da decisão tomada pelo TRE, eu levantei a tentativa de institucionalização de um processo de terceiro turno que vem em marcha lenta há muito tempo. É a terceira eleição majoritária consecutiva geral para o Governo do Estado em que isso acontece, só que nessa, aconteceu um fato que no meu ponto de vista já se imaginava que seria um fato normal, o de provocar o terceiro turno, tanto é que foi dito pelo candidato da oposição, e a Lei de Newton é muito clara, que cada ação corresponde a uma reação, a decisão da justiça não o condenou, foi lisa. Acredito que os escores finais representaram o pensamento, a idéia, a convicção de cada um dos juizes que lá votaram e, a decisão não foi unânime contra a cassação, aqueles homens mais experientes tiveram uma postura, os que ainda estão no processo de amadurecimento total tiveram outra, por isso é que existe o direito da ampla defesa para que o acusado possa se defender. Foi isso que quis colocar. Na verdade, também não se pode ignorar que a partir do momento que encerrou o segundo turno, houve sim mobilização permanente, tenaz e consecutiva para que essa decisão surgisse com a maior celeridade possível, e isso, de certa forma, pode nos levar a um quarto pleito geral, a uma situação que podemos imaginar. Temos que conviver certamente porque o tempo que não será tão curto e a situação é extremamente incomoda para nosso Estado. Não estou dizendo que o Governador tenha que permanecer ou sair, não sou juiz, mas sou representante do povo que aqui está e me preocupa uma questão maior, até quando o nosso Estado vai permanecer nessa situação. Obrigado.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Obrigado Deputado **Erci**, creio que só findará essa situação quando a prática política implementada nesse Estado for outra, se há três eleições, existe a judicialização das eleições, porque estão se utilizando da forma errada e fazer política nesse Estado. Como disse o próprio Presidente do TSE, até o desembargador Ricardo adiar, há que se fazer mudar a maneira política nesse Estado, porque senão, essa situação não acabará nunca, e quem se sentir prejudicado tem que recorrer a justiça.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira**

– Deputado, Vossa Excelência traz um tema de grande importância e relevância e que é necessário fazer uma observação, pois o verdadeiro exercício da democracia se exerce pela decisão da maioria, mas infelizmente, no Estado de Roraima isso não tem acontecido. Eu me lembro e recordo com detalhes que na campanha do então governador **Flamarion Portella**, campanha difícil, perdermos no primeiro turno e ganhamos no segundo com um grau de dificuldade muito grande e de forma injusta, covarde, pois foi tolhido o direito de governar esse Estado por 4 anos. De lá para cá virou brincadeira e temos que acabar, com indecisão, mas isso só irá acontecer quando tivermos uma reforma política, se não quisermos o uso da máquina, temos que acabar com o papel da reeleição do cargo executivo, é o primeiro ponto de partida para quem estiver lá, e logicamente os benefícios do poder vem automaticamente, agora o pior dos é absurdos é o que está acontecendo de forma atropeladora, a celeridade com que estão sendo julgados os processos sem o direito de ampla defesa, nós não podemos ficar na mão de um colegiado. É muito difícil Deputado **Ionilson**, irmos de vicinais em vicinais, no sol quente e chuva para pedirmos votos para nos reelegermos, ficarmos sobressaltados na dúvida sobre os acontecimentos. Isso não acontece comigo, hoje o suplente, não é só pelo desejo da maldade, corre atrás. Eu perdi uma eleição, a Deputado por 10 votos, nunca fui atrás, porque tenho que me colocar no lugar de perdedor, mas hoje, no Estado de Roraima, se institui o suplente, atrás, muitas vezes, de falsas denúncias para levar a perda do mandato, não podemos conviver com um colegiado desses. A minha prestação de contas, Vossa Excelência tem as informações. Vossa Excelência cometeu abuso de poder econômico, contratou muita gente? Eu não contratei um número de pessoas para entregar os meus santinhos, tenho a família, os amigos, o pessoal do gabinete que tem interesse na nossa reeleição e que foram rejeitados pelo colegiado. Porque a auditoria do TER acatou que estava certo, mas o colegiado que não tem conhecimento partidário e político toma decisões totalmente atropeladoras. Queria que eles deixassem os gabinetes e corressem atrás de votos para terem bom senso em certos julgamentos, sem atropelar. É preciso que a Democracia seja exercida pelo direito e pela vontade da maioria, temos que acabar com esse negócio de cassação, pois toda eleição em Roraima tem terceiro turno. Não há mais tanta preocupação em se eleger, mas em se manter no cargo. Devemos observar que muitas denúncias feitas são montadas para prejudicar quem, com muita dificuldade, conquistou seu mandato. Parabéns a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Flamarion Portella** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, devido o adiantar da hora, solicito a prorrogação do tempo para que possamos concluir a presente Sessão.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Acato o Requerimento do Senhor Deputado e prorrogo a Sessão pelo tempo necessário.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua – Continuando, quero dizer que, em relação ao que o Deputado Chicão falou, nós não estamos defendendo aqui que o Deputado **Neudo Campos** estava correto, não tenho conhecimento dos autos, não sei como se trata essas ações, estamos dizendo que a justiça está julgando e, discordo de Vossa Excelência quando diz que aquele colegiado não tem conhecimento, pois lá estavam Desembargadores, Juízes Federais, concursados e, sem dúvida alguma, creio que eles são afeitos a matéria, até mais do que nós que somos políticos. E digo mais, foi dado direito de defesa ao Governador atual, é tanto que ele conseguiu uma liminar, o que, para quem está esperando ser diplomado ou vir a tomar posse, como é o caso do Deputado **Neudo Campos**, é uma medida saudável e até salutar, porque ele não poderá alegar depois que lhe foi cerceado o direito de defesa. Então, creio que se tenha que esgotar todo o amplo direito de defesa, todos os remédios jurídicos que ele tem para se defender, para aí sim, se tomar uma decisão. Agora, o que estamos cobrando e o que esperamos é que essa decisão venha de uma forma mais rápida até para que o nosso Estado volte a ter tranqüilidade, volte a funcionar de uma foram normais. Por que qual é o quadro hoje? Nós tínhamos um Governador que está cassado, exercendo um mandato por força de uma liminar, e se essa liminar vier a cair? Também há ações contra o Deputado **Neudo Campos**. O que esperamos é que essa questão se resolva. Se o outro for cassado, creio que o nosso Presidente é quem vai ser nosso Governador por um determinado período, até se marcar novas eleições.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Quero parabenizar o Deputado Ionilson por se mostrar um grande mediador, até porque, Deputado, quero fazer uma consideração. No momento em que o governador **Anchieta** e eu possuímos uma liminar, não estamos cassados, nós estamos no mandato. Essas noticias são ditas por uma imprensa que está pautando a cassação do Governador **Anchieta** e do Deputado **George Melo** também, bem como do Deputado **Chico das Verduras. Foi-nos** dado o direito de defesa, pois se nós não nos defendermos, aí sim, seremos cassados, mas hoje não estamos **Soldado Sampaio**, se houver essa mudança, não pense que o ex- Deputado **Neudo Campos** vai entrar para governar sem nenhum problema. A imprensa nacional aí sim, vai dar porrada de manhã, de tarde e de noite, pois, ele foi o Deputado Federal que mais tinha processo. Aí sim, Roraima vai ter sérios problemas, diante dos problemas que temos hoje, haverão muito mais. Quero parabenizá-lo pela forma serena como está conduzindo, a discussão, mas quero deixar registrado que nós não estamos cassados, temos o nosso direito de ampla defesa, é a Democracia, está sendo exercida. Essas notícias infundadas estão sendo ditas é dito por uma imprensa de Boa Vista que tem interesse de desestabilizar o governo, apoiada por um grupo político, ou seja, se não for feita a vontade desse grupo político, o outro grupo político não serve para governar. Isso tem que ser dito também, é preciso que as pessoas tenham conhecimento. Muito obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Samapaio –** Senhores Deputados, lembro-me muito bem, que em meados de maio e junho do ano passado, eu estava em dúvida se seria ou não candidato, em virtude de ainda não ter os dez anos de Polícia Militar e, automaticamente, assim como aconteceu, o comando da corporação, com o parecer da PROGE, excluiu-me do meu emprego, a única fonte de renda que eu tinha, o meu ganha pão. E, por isso, tive o receio de sair candidato e não chegar à vitória. Depois, reunir vários colegas e decidimos sair candidatos. Mas, nesse percurso de articular, buscar apoio, eu encontrei o nobre Deputado **George Melo** que disse, bem franco, que eu estava eleito até o terceiro dia antes da eleição, porque o que iria decidir seria o dia da camapnha.

O Senhor Deputado **George Melo** - Vossa Excelência tem como provar essas acusações?

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio –** Tenho como provar. Precisamos extirpar, de uma vez por todas, desse processo eleitoral a compra de voto, a boca de urna. Não podemos permitir crimes eleitorais, pois senão, em todas as eleições teremos o terceiro turno. Não estou aqui defendendo **Neudo Campos,** ele que responda seus processos, que se explique na justiça. O que eu estou defendendo nesta Tribuna, Deputado **Ionilson Sampaio,** é que tenhamos um processo, um financiamento público da campanha, que tenhamos uma reforma política. Ontem o Senador **Mozarildo** foi à tribuna dizer aos Deputados que os empresários de Roraima estavam sendo extorquidos de alguma forma, na intenção de arrecadar valores para pagar o advogado do Governador. Isto é grave e prejudica nosso Estado. Precisamos de campanhas sérias. Defendo e penso como o Senhor Deputado Ionilson, acredito em sua competência, em sua seriedade, mas não podemos admitir que continue prevalecendo este tipo de eleição em nosso Estado, onde o que prevalece é a boca de urna e os cabos eleitorais, pagos. O que eu defendo é uma justiça limpa, financiamento público, reforma política o quanto antes. Isso é o que eu gostaria de salientar, Deputado **Ionilson**.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua – Essa denúncia do Senador **Mozarildo** é uma denúncia muito séria, é um caso de polícia que precisa ser investigado, pois, hoje ficamos estarrecidos diante do que nós vimos nos jornais.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Deputado Ionilson, eu não vou entrar na discussão de processos políticos até por uma questão de foro pessoal, mas posso esclarecer aos nobres colegas, inclusive, as pessoas, Deputado **Chagas,** que é um jurisconsulto, para que possa observar o que aconteceu com a saúde.

Deputado **Chagas**, nós tivemos uma audiência pública, aqui, com a Secretária **Eugênia**. Na ocasião, tinha denúncias de que ela havia feito um processo sem licitação, Deputado **George Melo,** de R$ 15.500 de reais. Eu perguntei uma vez o valor, mas ela não soube me dizer o valor preciso. Por fim, peguei toda a relação por amostragem, forneci a três fornecedores de Roraima para me cotarem preço. Cotei os preços em Roraima, Deputado **Erci,** fui ao consultório médico de um amigo meu e pedi através do endereço, do telefone, do fax da Hospifar, para que ela também pudesse fazer uma cotação de preços. O quê que aconteceu? A Hospifar me respondeu que não responderia aquele tipo de consulta, somente a empresa. Fui então à empresa que fez a consulta para Hospifar, pedi para eles solicitarem a cotação e a Hospifar respondeu. Por essa amostragem, eu trouxe para

a Tribuna da Assembleia, Deputado Ionilson **Sampaio**, que havia um superfaturamento vultuoso de aproximadamente 100%, e fui denunciar ao Ministério Público, juntamente com a comissão de saúde e no Tribunal de Contas do Estado. O Tribunal de Contas agiu de forma pontual, rápido e preventiva e confirmou que fora então o Senhor Governador, Deputado **Remídio,** mostrando que era verdadeiro aquele superfaturamento. O quê que o Governador fez? Chamou a Secretária Eugênia, revogou o contrato, anulou o empenho e comprou de uma empresa local por 10 milhões e duzentos mil reais. Só nessa compra havia um desvio, provado, claro, substancioso, de 5 milhões e trezentos mil reais. E o quê que aconteceu? Absolutamente, nada. É a oposição, é irresponsabilidade. O Deputado **Laia** veio aqui, trouxe fotografias, vídeo mostrando o montante de remédio no aterro sanitário que ainda iam vencer. Rodolfo foi chamado a esta Casa, mostrou o ofício para a Polícia Federal, para a polícia Civil e para quem quisesse investigar e, já cobramos a investigação. Cadê a investigação? Agora a poucos dias, o Senhor governador recebeu um grupo de autoridades deste Estado, inclusive da Polícia Federal, mostrando para ele as mazelas que estavam acontecendo na Secretaria de Saúde, e agora o Senhor Governador vai para imprensa dizer que vai investigar. É bom, eu louvo a iniciativa do Governador e vamos cobrar o resultado dessa investigação. Estou citando apenas dois casos. Então, Deputado **Ionilson,** você conduziu a comissão de saúde aqui durante um bom tempo, teve a oportunidade de verificar em audiências públicas como as coisas não são feitas de forma correta. Eu sou uma pessoa que confia no **Leocádio**, acho **Leocadio** um homem de conduta séria, espero que na saúde ele utilize bem esses recursos que eu criei quando fui governador e que tanta gente mostra mazelas, mas criei através de Lei, aprovada na Assembleia, o Fundo Estadual de Saúde, Sergio Wanderley, destinando 12%da receita deste Estado para alimentar este fundo e na próxima semana vou trazer números mostrando o quanto esse orçamento cresceu graças a um percentual estabelecido em Lei. E por que a saúde continua com essas pendências? Tomara que tome um rumo certo, é o que eu desejo, é meu anseio que a população possa ter uma saúde boa para na hora que for ao hospital, seja atendido com dignidade. É isso que nós esperamos e isso que nós queremos. Então, que seja investigado. Acredito que o poder público também é isso, corrigir aquilo que está errado, buscar novos caminhos, buscar novas alternativas e atender bem a quem nos paga que é o nosso povo.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua – Obrigado, Deputado Flamarion, pelo a parte. Queria dizer que esperamos que essas investigações tenham uma conclusão e que se punam os culpados, se houver realmente desvios de recursos, licitação fraudulentas, enfim, pois, o que se vê, muitas vezes, é que as investigações não chegam a lugar nenhum e que ninguém é punido. Portanto, é bom que se punam os culpados. Era isso, Senhor Presidente, que eu tinha a dizer, muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do dia com o Requerimento solicitando que seja programada uma audiência pública com os pescadores de Roraima para discutir as atividades do período de defeso, a serem realizadas a partir do dia primeiro de março do corrente. Na oportunidade, gostaríamos que estivessem presentes as seguintes instituições: FEMACT, IBAMA, Ministério Público Estadual, Ministério da Pesca, Federação da Colônia de Pescadores, Sindicato da Associação dos Pescadores do Estado de Roraima, Ministério Público do Trabalho, bem como, empresários do ramo hoteleiro do Baixo Rio Branco.

Coloco em discussão o Requerimento. Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Em discussão o Requerimento, pedindo urgência na criação de uma Comissão Especial temporária de parlamentares, técnicos e servidores, compostas através de atos da Comissão Especial temporária, através de atos da Mesa Diretora, com o objetivo de realizar estudos na possível emancipação das seguintes localidades desse Estado: Equador e Jundiá, Nova Colina, Santa Maria do Boiaçu e Terra Preta, aos dois lados do Rio Branco, Novo Paraíso, Martins Pereira, Petrolina e Serra Dourada, Félix Pinto, Vila União e São Raimundo, Vilhena e São Francisco, Trairão e Tepequém; Apiaú e Campos Novos, Taiano e Projeto de Assentamento do Nova Amazônia, Paredão; Entre Rios, Jetapulânia e Jetapuzinhos, Contão e Surumu e Maloca do Araçá da Serra.

Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-lo, coloco-o em votação.

A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Senhores Deputados, deu entrada nesta Casa , em regime de urgência, o Projeto de Lei que institui o Programa de Incentivo à correção de solos agrícolas, visando fomentar o desenvolvimento da produção vegetal, especialmente de grãos e dá outras providências. Como esse Projeto deu entrada nesta Casa apenas hoje, fica destinada a Comissão Especial para analisá-lo, composta pelos seguintes Deputados: **Erci de Moraes, Ângela Portela, Jean Padilha, Ionilson Sampaio** e **Soldado Sampaio.**

Não havendo mais Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio –** Registro a presença do Presidente da colônia de pescadores de Vista Alegre acompanhado de parte da sua prole de 44 filhos. Cumprimento a Bacharel **Carla,** Vice Presidente da associação de dos Bacharéis em Segurança Pública; o Senhor **Nilton,** Presidente do Sindicato dos Policiais Civis, sejam bem-vindos a esta Casa.

O Senhor Deputado **Diego Coelho –** Solicito que seja colocado o meu nome nessa Comissão que investiga a Secretaria de Saúde.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra) –** Peço aos líderes que deem celeridade na composição das Comissões para que a Comissão de Saúde possa trabalha o mais rápido possível.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela –** Há uma lei que obriga o Secretário de Saúde a vir a esta Casa prestar contas trimestralmente. Porém, somos tão complacentes que não procuramos obedecer a lei, então as Comissões têm que funcionar. Vejo aqui muita gente brigando para participar de Comissões, e pelos seis mandatos que Vossa Excelência tem, sabe disso, que para nós nos reunirmos a tarde é um milagre, ninguém vem! Depois de formada a Comissão ninguém quer fazer o seu papel. Então, é importante que saibamos das nossas responsabilidades para que os trabalhos das Comissões se desempenhem bem. Formada a Comissão de Saúde nós já vamos chamar o Senhor **Leocádio** para dar conhecimento, não importa que ele seja novo na pasta, ele vem e explica o que puder. Muito obrigado!

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – **Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão, convidando os Senhores Deputados para a próxima Sessão, dia 22, à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: Ângela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Diego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Brito Bezerra, Gabriel Picanço, George Melo, Coronel Chagas, Ionilson Sampaio, Jean Frank Padilha, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Remídio Monai, Naldo da Loteria, Rodrigo Jucá** e **Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 22/02/2011

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo
PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO

Quer ajuda?

CHAME

CENTRO HUMANITÁRIO DE APOIO À MULHER

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER/ALE-RR



"Mulher de Roraima
não deixe ficar
impune nenhuma
violência contra você."

Procure o CHAME !

Maria da Penha

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

De Segunda à sexta-feira das 8h às 18h
RUA CORONEL PINTO, 524 - CENTRO
TEL: (95) 3623-2103 - e-mail: cdm@al.rr.gov.br

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

www.al.rr.gov.br